

---

JOSÉ MADUREIRA PINTO

Faculdade de Economia  
Universidade do Porto

---

## Considerações Sobre a Produção Social de Identidade

---

217

*Reflete-se sobre as possibilidades de utilização, pela sociologia, do conceito de identidade. Algumas considerações prévias de ordem epistemológica servem para acentuar o carácter eminentemente relacional do conceito e retirar daí as consequências adequadas. Depois de sublinhar a importância do pro-*

*cesso de recepção social de sentido como prática cultural e política na produção de identidades, toma-se, a propósito, a questão dos efeitos materiais do processo de normalização, formalização e codificação das acções que caracteriza genericamente as sociedades complexas.*

**N**OS minutos que se seguem, irei alinhar algumas reflexões sobre as possibilidades de utilização, pela sociologia, do conceito de identidade. Esforçar-me-ei para que um ou outro devaneio epistemológico, inevitável neste contexto, não me afaste, ao longo da exposição, do objectivo que, afinal, mais interessará a todos os presentes — o de multiplicar os ensejos para, em conjunto, descobrirmos modos novos de encarar os fenómenos que marcam o quotidiano das nossas sociedades, mesmo que para tanto seja necessário avançar hipóteses interpretativas arriscadas e reformular a fundo os instrumentos teórico-metodológicos à nossa disposição.

Começo, aliás, por confessar que só ultimamente passei a conviver de consciência mais ou menos tranquila com o referido conceito. A antiga retracção provinha seguramente — estou pronto a reconhecê-lo — de alguns excessos de fidelidade e inércia paradigmática, mas, na sua base, também estavam deficiências alheias de monta.

Não pode ignorar-se, por exemplo, que, com fundamento em nebulosas identidades perdidas, foram muitas

as vezes em que se desenharam arrepiantes profecias quanto ao futuro dos povos, das regiões e de outros segmentos sociais talhados à feição; sabe-se, por outro lado, que a busca de identidades exóticas, alegadamente preservadas por felizes acasos históricos, foi pretexto para discursos tão encantatórios quão ambíguos sobre os fundamentos últimos da "condição humana"; e não há dúvida ainda de que o uso do conceito de identidade conduziu demasiadas vezes a uma precipitada psicologização dos processos e protagonistas sociais. Em todos estes casos, o que acaba por emergir é uma concepção essencialista de identidade, e os essencialismos estão nos antípodas do que constitui a especificidade da abordagem sociológica do real. Era, pois, com algumas boas razões que, diante dos discursos mais ou menos eruditos sobre a identidade, este frágil e agnóstico sociólogo não raras vezes se punha pura e simplesmente em fuga.

1. Um primeiro ponto que aqui queria fazer ressaltar diz respeito ao facto de a adopção do conceito de identidade pela sociologia não poder senão assumir e reforçar a vocação eminentemente relacional (portanto, não essencialista) que ele já tem (ou também tem) no quadro problemático da psicologia. Trata-se de levar a sério a este propósito experimentadas orientações metodológicas como a que convida a explicar o social em termos sociais ou a que nos impele, contrariando soluções de facilidade, a equacionar quaisquer fenómenos sociais em função de totalidades e processos globais em que se inserem.

1.1. O alcance desta primeira observação pode começar por ser avaliado no eixo das sincronias sociais.

Estará em causa, antes de mais, afirmar que a produção das identidades sociais implica a imbricação de dois processos: o processo pelo qual os actores sociais se integram em conjuntos mais vastos, de pertença ou de referência, com eles se fundindo de modo tendencial (processo de identificação); e o processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas (processo de identificação)<sup>(1)</sup>.

É uma distinção tão elementar, que talvez pareça dispensável. No entanto, bastará pensar nos equívocos em que tantas vezes incorreu a etnografia, ao pressupor a

(1) Retirei as expressões de Pierre Tap (1986:12)

existência de identidades locais auto-protégidas e imutáveis, ou nas armadilhas em que caiu tanta sociologia por não saber libertar-se de visões heróico-essencialistas sobre as classes dominadas, para se perceber que ela é, de facto, um ponto de partida simultaneamente necessário e fecundo. Por outras palavras: é importante não se perder nunca de vista que as identidades sociais se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridade, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. A construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência) e por isso nunca exclui em absoluto convívios e infidelidades recíprocas — para desespero dos que nela querem ver o desenvolvimento harmonioso e coerente de umas tantas substâncias essenciais.

Nada melhor para ilustrar a complexidade de relações associadas, no eixo das sincronias, à produção social de identidades do que trazer à colação o processo de folclorização de certos bens e práticas culturais. Seja em exhibições coreográficas do trabalho de artesãos tradicionais, seja em encenações revivalistas de festas aldeãs, o que quase sempre se patenteia não é uma reconstituição de práticas sociais efectivas, passadas ou actuais, mas tão-só um conjunto de rituais remetendo para a imagem idealizada e truncada que o grupo presume ser a mais congruente com a que sobre si terá construído o espectador-turista-consumidor. Referência equivocada a uma identidade desaparecida, nem por isso a exibição deixa de produzir efeitos no plano que nos ocupa: na verdade, o que através dela se vai elaborando é a identidade de uma espécie que se considera, é considerada e está em vias de extinção.

É hoje quase lugar-comum entre economistas afirmar-se que as novas exigências da acumulação capitalista implicaram um alargamento da sua base territorial, com internacionalização da própria produção. Mais interessante, para alguns desses economistas, é que, a par da tendência para uma reestruturação do espaço das actividades económicas no sentido da criação de unidades transnacionais se tenham vindo a afirmar ultimamente

“importantes dinâmicas de cariz regional e local, traduzindo-se na emergência ou ressurgimento de identidades territoriais sub-nacionais, com expressões mais fortes ao nível social e cultural (...)” (Amaro, 1989:11).

Continuando preocupado em retirar as devidas consequências do carácter eminentemente relacional do conceito de identidade, sem sair, por ora, do eixo das sincronias sociais, arrisco, sobre este ponto, as seguintes considerações.

Primeira: não é líquido que a intensidade intrínseca dos movimentos de afirmação identitária com base local ou regional seja hoje, genericamente, maior que outrora — o que, em muitos casos, acontece é que, por razões ligadas à lógica do campo mediático, eles obtêm uma espécie de mais-valia simbólica (que, de resto, paradoxalmente, pode contribuir para uma sua parcial neutralização política), aumentando a respectiva visibilidade pública. Importa dizer, em segundo lugar, que o acréscimo de mobilidade espacial e a internacionalização da indústria cultural (bem mais influentes, no plano que nos ocupa, do que a internacionalização da economia) fazem com que a afirmação das identidades locais seja sempre, e cada vez mais, a projecção de identidades alheias (ou, talvez melhor, a projecção de manifestações, precariamente legitimadas, de identidades alheias), esbatendo-se sensivelmente, neste plano, as fronteiras entre local, regional e internacional. Acrescente-se, para terminar, que, mesmo à escala sub-nacional, são múltiplas as fontes de identidade social concebíveis, pelo que afirmações genéricas a respeito da sua pujança podem elidir o complexo mundo das identidades retraídas e envergonhadas, nem por isso destituídas de eficácia social.

1.2. Procurando pôr agora a tónica no eixo das diacronias, o que interessa desde já dizer é que a construção de identidades se alimenta de trajectos sociais incorporados nos agentes, da posição ocupada por estes na estrutura social (na medida em que ela determina e configura contextos de sociabilidade e de socialização duráveis) e dos projectos que, em função das coordenadas estruturais antes referidas, são socialmente formuláveis em cada momento.

Está-se longe, com um tal modelo, de conhecidos reducionismos que tentam encontrar o fundamento directo das identidades sociais ora na situação de classe dos agentes,

ora em processos de passiva aprendizagem de papéis sociais pelos sujeitos-actores, ora em misteriosas predisposições para fixar e auto-gerir finalidades e destinos colectivos.

Nada melhor, para aferir o alcance do modelo, do que tentar aplicá-lo à equacionação de um problema clássico, o da construção das identidades no e pelo trabalho.

Estando aí em causa problematizar e avaliar a eficácia social relativa e, em articular, o efeito socializador específico das situações de trabalho, importa começar por pôr em suspenso o pressuposto da impregnação automática de toda a existência social pelos condicionamentos profissionais. Ora, quando ao analisar as práticas sociais as mais diversas—desde os consumos de bens económicos e culturais aos modos de utilização do tempo de lazer, das práticas e rituais de relação com o sagrado às formas de participação política—se utiliza como variável independente única a profissão, sem tratar de saber o que em tais práticas é imputável a propriedades incorporadas nos agentes directamente através do trabalho e o que se deve antes a propriedades incorporadas noutros campos estruturados do espaço social, o que justamente fica por fazer é uma adequada avaliação do peso específico dos processos de trabalho na construção das identidades sociais.

Tarefa particularmente difícil, aliás, já que, como nos lembra Renaud Sainsaulieu, as identidades do trabalho são "a resultante de um processo de aprendizagem cultural em relação com a prática do poder no exercício quotidiano do trabalho em organização" (Sainsaulieu, 1986). Não sendo insensível às características técnico-materiais da produção, incluindo a hierarquia de saberes e disposições para que apelam, nem à natureza dos esquemas prático-simbólicos com que aquelas são diferencialmente apropriadas, a construção de tais identidades integra ainda o efeito de estruturas, sistemas de legitimação e práticas de poder que, subtilmente, as adequam tendencialmente ao sentido da dominação social global.

Toda esta engrenagem, porém, actua sobre e com múltiplas identidades já provisoriamente definidas, pelo que não tem de conduzir a resultados unívocos, nem quanto aos operadores de identificação nem quanto aos de identificação. Dizendo de outra maneira, nenhum sistema de constrangimentos técnico-organizacionais impõe, no

plano da construção de identidade, os seus efeitos, independentemente do feixe de trajectórias sociais e, portanto, do conjunto de habitus e projectos presentes no espaço social *sui generis* do trabalho. E isso porque, adjacente-mente aos processos de aprendizagem e de "mise en place" social, existe sempre a construção diferenciada de relações ideológicas com o trabalho e com as profissões e é por elas que passam em grande medida a capacidade de adaptação aos postos, as propensões à reciclagem e reconversão profissionais, à sindicalização, ao protesto e à greve, o grau de conformismo face às injunções do organigrama e mesmo o modo de inserção concreta dos indivíduos nas redes de interacção e de sociabilidade no emprego.

Ora, o que as ciências sociais também vão demonstrando é que entre os habitus provisoriamente incorporados pela trajectória e os contextos de aprendizagem dos locais de trabalho existem graus muito variados de congruência sócio-semiótica.

Em casos de elevada homologia estrutural, os primeiros reforçam-se de forma tendencialmente harmónica e o processo de construção de identidades não conhece, no plano diacrónico, rupturas significativas. É um cenário normal nos trajectos de mobilidade de algumas fracções das classes dominantes; mas, pensando nas classes populares, era também ele que se aplicava (quando o processo de escolarização não tinha ainda interferência significativa na produção social de aspirações juvenis) na transição de populações oriundas dos campos para meios profissionais desvalorizados em actividades não-agrícolas, nomeadamente a construção civil.

No extremo oposto, inscrevem-se todas as situações em que seja particularmente acentuado o desfazamento entre saberes e sistemas de aspirações inculcados pela trajectória e o espaço dos possíveis profissionais e existenciais entreaberto pelos regimes técnico-organizativos e disciplinares do trabalho. E se a extensão e prolongamento da escolarização nas sociedades contemporâneas — processo irreversível, pois que a si mesmo se alimenta e não pode, por razões políticas, ser parado — não for acompanhado de aperfeiçoamentos significativos ao nível das condições de trabalho e dos modelos organizativos dominantes, esse será um cenário cada vez mais provável para sucessivas gerações de jovens.

A incapacidade estrutural para absorver plenamente o efeito socializador global da escola tem tido, de resto, afloramentos tão diversos e persistentes que não parece exagerado considerar que remete para uma autêntica contradição civilizacional. Anos atrás, o fenómeno tornou-se patente com o chamado *brain-drain*, fuga de competências que, por afectar em especial os países pobres do Terceiro Mundo, foi então considerado particularmente trágico e paradoxal. Mas, duas décadas passadas sobre este sinal de alarme, e em plena ressaca de uma crise económica estrutural que, ao abalar os mecanismos virtuosos da relação salarial predominante no pós-guerra, a põs globalmente em causa, multiplicam-se os sintomas de que a contradição assinalada atinge, ainda que sob formas específicas, os próprios países desenvolvidos do centro.

Refiro-me, já se vê, ao desemprego persistente e em grande escala de jovens com elevado grau de escolarização e à concentração de muitos outros em empregos precarizados, o que não só fragiliza os seus futuros profissionais possíveis como, além disso, frustra as possibilidades de realização de competências e virtualidades cognitivas adquiridas no sistema de ensino. Cresce, aliás, o número dos que, analisando tais sociedades, e postos perante a inevitabilidade de as mutações tecnológicas em curso economizarem de facto tempo de trabalho à escala macrossocial, são levados a prever que, sem uma drástica redução da jornada de trabalho da generalidade dos assalariados, a alternativa ao desemprego (e ao desemprego por uma vida) será cada vez mais, para sucessivas gerações de jovens, a participação subalternizada em actividades mercantilizadas de lazer ao serviço de camadas sociais instaladas nos sectores mais protegidos do mercado de trabalho. Pouco se saberá ainda sobre as consequências de uma tal mutação no processo de produção das identidades sociais mas não é arriscado prever que serão fundas e extensas, e que vão colocar problemas inéditos aos aparelhos de controle social convencionais.

Em sociedades como a portuguesa, onde a extensão da escolarização coexiste com a persistência de importantes bloqueamentos ao desenvolvimento, a contradição que antes assinala, apresenta-se sob formas variadas e complexas, ainda que retendo características dos casos extremos referidos.

Assim, para muitas regiões do interior e mesmo para algumas periferias urbanas do litoral, aquilo a que se assiste, na ausência de dinâmicas suficientemente intensas de criação de empregos em profissões não desvalorizadas, é a uma persistente fuga de populações jovens cada vez mais escolarizadas em direcção a centros urbano-industriais e terciários de envergadura — a escolarização reproduz, e porventura reforça, neste caso, injustas assimetrias regionais, inserindo-se, paradoxalmente, na teia de factores do mal-desenvolvimento português.

Outra das especificidades nacionais com implicações neste plano diz respeito à amplitude da mancha de economia e emprego informais do nosso sistema produtivo. Conhece-se a atracção que esse segmento da economia exerce sobre populações com trajectos sociais e relações com a escola pouco compatíveis com a aquisição de saberes e títulos exigidos pelos sistemas institucionais de profissionalização. Insucesso escolar e abandono precoce dos estudos, a que normalmente se seguem instabilidade de emprego e regressões culturais significativas, são algumas das suas consequências mais dramáticas. Ora, é de prever que, com o efeito de formalização da economia que as exigências da adesão ao mercado único vão promover, se venham a acumular neste sector iníquos handicaps e estigmas sociais — e este será, porventura, um dos lados mais negros dos novos dualismos induzidos pela modernização.

Mas, na ausência de avanços claros em termos de inovação organizacional, mesmo o sector mais formal da economia continuará a ser, em Portugal, um lugar de deslegitimação e anulação de saberes, disposições e aspirações indicados pelo sistema de ensino, e também de desestruturação de vocações por este provisoriamente construídas — o que não pode deixar de ter, no plano da construção de identidades, um efeito globalmente regressivo.

2. Passo a ocupar-me de um outro, e bem diferente, tipo de problemas relacionados com a produção social de identidades.

Uma das consequências menos abordadas do enviesamento positivista em ciências sociais é a que consiste no recalcamento da esfera de recepção de sentido sempre que se analisa a, já por si recalcada, dimensão simbólico-

-cultural do social. Tende-se, nessa perspectiva, a circunscrever a análise às práticas objectivadas em "obras" e/ou dotadas de visibilidade institucional, com desprezo pelos esquemas "subjectivos" e "ocultos" de percepção e de avaliação que são socialmente partilhados, avançando-se, como justificativo da omissão, que o accionamento destes últimos ou é irrelevante ou inapropriável cientificamente. E, assim, enquanto, pela mão do estruturalismo linguístico, por exemplo, a atenção se concentrava em manifestações objectivadas de sentido, na tentativa de descobrir os mecanismos semióticos que formalmente as sustentariam, o momento da recepção foi sendo associado cada vez mais à ideia de passividade inconsequente e remetida para uma espécie de vazio a que se não atribuía qualquer eficácia social. Quanto ao paradigma estruturo-funcionalista de análise sociológica, embora sempre se revelasse interessado na "reciprocidade de perspectivas" implicada na interpretação e devesse, em princípio, por essa via, contemplar a recepção de sentido, a verdade é que, ao fazer desta última o mero prolongamento da assumpção de papéis sociais institucionalizados, acabou por remetê-la para a penumbra epistemológica do indecifrável. Por seu turno, o marxismo, sobretudo nas suas versões mais preguiçosas, deixou-se prender demasiado por uma concepção instrumental/funcionalista das ideologias, sem dar a atenção devida aos fenómenos de resistência e de contra-dominância simbólica das culturas dominadas: recepção de sentido tornou-se, assim, uma variante neutra da submissão.

Uma forma de contrariar polemicamente estas tendências consiste em caracterizar o processo de recepção social de sentido como prática cultural e política. Cultural, para sublinhar a especificidade semiótica da recriação/reinterpretação de símbolos que vive associada ao processo; política, para acentuar a ideia de que a recepção de sentido tem efeitos ao nível da organização global, não sendo forçado dizer-se que a ordem social, bem como a sua contestação, dependem dela tanto como da produção de sentido.

Era nesta direcção que, de resto, já apontava a problemática weberiana da dominação e da legitimação. A partir dela, de facto, tornou-se possível pensar a recepção como acto social e político ou mesmo (assumo o anacronismo terminológico) como acto performativo. Nas mesmas águas navegou mais tarde, embora a um outro

nível, o interaccionismo simbólico: nesta concepção, a "reciprocidade de perspectivas" da interacção é plenamente assumida, através da consideração minuciosa de esquemas simbólico-cognitivos de mediação e de autênticas estratégias de negociação de consensos.

A abertura às questões da recepção de sentido foi-se dando ainda de forma dispersa noutros domínios. Aí onde a elaboração discursiva tem estado associada a tecnologias de persuasão (publicidade, propaganda política, acção pedagógica), a consciência de que a recepção se deve incluir, afinal, entre as próprias condições de produção da mensagem tornou-a um objecto de conhecimento virtual. Estética da recepção, problemática da leitura, sociografia dos públicos são outros campos em que o problema tem sido retido.

Pelas implicações que têm quanto ao tema central desta comunicação, interessa, porém, dar relevo particular a duas ou três pontas teóricas desenvolvidas no quadro da sociologia do trabalho e das organizações e da sociologia das práticas culturais.

Importante contributo veio, no primeiro caso, de todos os que souberam ver, na produção, para além das prescrições técnicas e das relações formalmente previstas no organigrama, os modos peculiares da sua apropriação simbólica pelos agentes. É que, no processo de construção de identidades no e pelo trabalho, nenhum conjunto de determinações técnico-organizativas produz os seus efeitos independentemente da mediação constituída pelos esquemas de percepção e de avaliação — isto é, pelos esquemas de atribuição de sentido — incorporados nos agentes.

No que à sociologia das práticas culturais diz respeito, interessa sublinhar a perspectiva segundo a qual a recepção/consumo de obras culturais é um processo sócio-semiótico activo. Se, no lado da criação, se pode falar, a este propósito, de elaboração intencional de sentido de acordo com recursos e interesses característicos de campos profissionais relativamente autonomizados, portanto, de uma espécie de estratégias de produção simbólica, haverá razões para pensar, no lado da recepção, em tácticas de fruição cultural, um processo mais dificilmente apreensível por ser invisível, não-institucionalizado e a-sistemático, mas nem por isso neutro ou isento de determinações e de eficácia material própria.

A construção das identidades passa-se, em boa parte, nesta esfera oculta da semiose social e é por isso que não raras vezes sobre ela surgem teses equivocadas.

Assim, quando a respeito de certos grupos se anuncia o fim da respectiva identidade cultural, para, eventualmente, logo a seguir, se louvar em parangonas o seu inesperado e notável ressurgimento, o que afinal se omitiu da análise foi a permanência de formas de afirmação e reprodução de identidades que, se não se expressaram publicamente, nem por isso deixaram de organizar de forma sistemática a experiência dos membros do grupo, em particular a relação que estabelecem com as formas culturais dotadas de visibilidade social.

Contrariando a tese maniqueísta e catastrofista da inevitável anulação das culturas populares perante o império da grande tradição cultural e da produção oligopolizada da cultura de massa, tem-se assinalado, com o apoio aliás de concludentes resultados de pesquisa, que as classes subalternas dispõem nesta área tão peculiar da luta de classes de uma importante e subtil arma — a arma da reinterpretção e do não-reconhecimento selectivo de sentido.

Tive oportunidade de confirmar algumas consequências de tal facto a propósito da análise do discurso publicitário. Não obstante se estar, neste caso, perante a produção intencional de sentido segundo estratégias discursivas e argumentativas meticulosamente organizadas, pode afirmar-se, com segurança, que algumas das suas combinações semióticas, ou não são, em termos literais, reconhecidas ou são objecto de um trabalho de reelaboração que subverte inteiramente a intencionalidade da mensagem.

Ao propor, noutra altura, a substituição do clássico objecto festa pelo objecto modos (socialmente diferenciados) de festejar, procurei, mais uma vez, aproximar-me da complexidade da esfera social da recepção de sentido. Aspectos relacionados quer com a configuração dos rituais festivos (sincretismos, fragmentação do ciclo de festejos, folclorização da festa, etc.), quer com os conflitos entre representantes do grupo celebrante e dos aparelhos religioso ou laico oficiais, quer ainda com as próprias funções sociais de integração habitualmente imputadas à festa, muitos destes aspectos, dizia eu, passam a poder ser lidos a uma nova e esclarecedora luz quando nos situamos em tal perspectiva.

Para não se retirarem daqui conclusões precipitadas no que diz respeito ao processo de construção de identidades, importa contudo notar que existem sectores sociais, em particular no âmbito das classes populares, que, por força de trajectos sociais de declínio específicos, incorporaram operadores prático-simbólicos de auto-avaliação incompatíveis com autênticas estratégias de reinterpretação. Excluídos (por razões objectivas e subjectivas) dos processos mais dinâmicos e mobilizadores de recursos intelectuais, tais grupos acabam por interiorizar inibições e sentimentos de vergonha cultural que vão sobrepor-se às suas capacidades potenciais de criação e recriação de símbolos. Não sendo em nenhuma circunstância legítimo falar-se em identidades nulas — pelo que, aliás, a fórmula "perda de identidade" sempre há-de constituir uma força de expressão — talvez não seja abusivo, em termos sociológicos, dizer que se está, nestes casos, perante a produção social de identidades negativas. Dissidência, mais do que resistência, é o efeito que, no plano das relações de força sociais, teremos de lhe fazer corresponder — o que, aliás, mais genericamente, nos deve pôr de sobreaviso relativamente a visões demasiado optimistas acerca das virtualidades de reinterpretação como arma de contra-dominância.

De facto, do mesmo modo que a descoberta da capacidade de distanciação e contornamento simbólico face aos constrangimentos do trabalho, permitindo-nos ultrapassar a concepção catastrofista segundo a qual este último seria o lugar por excelência da repressão, da alienação e do aniquilamento cultural não deve fazer-nos esquecer a força social específica do organigrama e das relações de produção, também não se pode ver na reinterpretação o espaço absolutizado da autonomia, da criatividade e da emancipação.

Em bom rigor, só quando obtém expressão institucional é que a reinterpretação actua efectivamente como instrumento de contra-dominância. Nessa medida, todas as políticas de difusão cultural que, embora em nome da democratização da sociedade, remetam os públicos em geral e as classes populares em particular para o reducto do consumo de espectáculos outorgados pelo Poder — vedando-lhes objectivamente o acesso e a transformação dos locais e instrumentos mais ou menos institucionalizados da produção cultural — não chegam a indu-

zir, antes impedem, a inversão das lógicas de dominação social. Colocar os dominados na posição de espectadores/ /consumidores, circunscrevendo o seu direito à diferença no interior do círculo da reinterpretação, corresponde na era da massificação mediática, a excluí-los cada vez mais da cultura, não sem ao mesmo tempo lhes conceder a ilusão, sempre gratificante, de que são cultivados. Porque em qualquer caso, a complexidade do jogo de identidades que caracteriza as sociedades contemporâneas engendra necessariamente importantes potenciais de expressividade e criatividade, não admira que todas as experiências de animação cultural que se apoiam na utilização de espaços públicos e num mínimo de efectiva participação das populações obtenham sucessos inusitados. Inusitados, mas também, escandalosos, por patentear expressões culturais e identidades envergonhadas (e des-conformes). E aos guardiões dos templos sagrados da Cultura e do Bom Gosto só resta combater essa irrupção subversiva com o argumento, que é um misto de ferocidade etnocêntrica e do cinismo espontâneo de todas as elites, de que as culturas populares perderam autenticidade...

229

### 3. Outro ponto, última questão.

Tem-se criticado, e com bons argumentos, o pressuposto jurista presente em certa tradição sociológica. Em vez de se aceitar a ideia de que os sujeitos, ao desencadear a acção, cumprem sempre normativos já dados, procura-se, em nome de um saudável realismo sociológico, dar conta dos geradores práticos das práticas. Os progressos alcançados com uma tal postura teórica podem não evitar, contudo, alguma desatenção relativamente aos efeitos materiais do processo de normalização, formalização e codificação das acções que, a partir de um certo nível de diferenciação e complexidade, marcam necessariamente as sociedades.

Remetendo-me ao tema central desta comunicação, impõe-se assinalar a este respeito que, tanto o sistema de diferenciações, desigualdades e hierarquias sociais, como os processos de identificação que lhe correspondem não são independentes de modos de categorização jurídico-administrativa que, por iniciativa ou delegação do Estado, visam regular alguns sub-sistemas de relações sociais e respectivos potenciais de conflitualidade. Nomenclaturas profissionais, grelhas de qualificações e de salários, diplo-

mas escolares e suas designações (os títulos dos títulos) são exemplos de ingredientes que, sob a aparência de meras formas linguísticas, participam activamente nesta espécie de produção social de identidades por via administrativa.

Fenómenos como o do desigual interesse das fracções moderna e tradicional de uma mesma profissão na reformulação da respectiva designação ou como o da capacidade diferencial dos grupos profissionais para imporem a sua identidade específica através de uma designação reconhecida socialmente (de um lado, por exemplo, os portadores de um título universitário estabelecido, do outro, certos membros das "novas profissões" ou de profissões com estatutos intrinsecamente ambíguos)—eis alguns exemplos da complexidade e fluidez desta dialéctica de nomes que, como tantas outras, vai criando e configurando as próprias coisas.

Aceitar, por outro lado, que os conflitos sobre a forma da expressão e do conteúdo destas classificações socialmente partilhadas com as modalidades mais patentes e estudadas das lutas entre classes sociais, na medida em que, sendo determinadas por estas, não deixam também de as incentivar e estruturar, é outra das consequências deste modo de perspectivar a instituição social de identidades que aqui se regista.

Pressinto, ao terminar este conjunto de reflexões, que o conceito de identidade social pode não ser mais do que a projecção desculpabilizadora de conhecidas dificuldades teóricas da sociologia na abordagem de objectos tais como cultura e sub-culturas, habitus e ideologias, instinto e consciência de classe, condição e posição social, grupo de pertença e grupo de referência.

Mas se, por esse facto, o trabalho que sobre ele se apresenta há-de ser tão pouco conclusivo quanto as tentativas sempre frustradas de quadratura do círculo, nem por isso o vejo destituído de interesse.

Talvez porque, como disse no início, se trata de um conceito eminentemente relacional—só como tal valendo a pena ser explorado—, dele se desprende um efeito de globalização dialéctica do social que, em consciência, me parece ter mais vantagens do que inconvenientes.

Por isso fiz este exercício, que agora submeto ao vosso veredicto. ■

## Referências Bibliográficas

- Tap, Pierre 1986 "Introduction". In Pierre Tap (org.), *Identités collectives et changements sociaux*. Toulouse: Privat.
- Amaro, Rogério Roque 1989 "Que espaço português no 'espaço europeu sem fronteiras'?". in *Seara Nova*, 24:11.
- Renaud Sainsaulieu 1986 "L'identité et les relations de travail". In Pierre Tap. (org.) *Identités collectives et changements sociaux*. Toulouse: Privat.